

*Samuel*

# JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*

BERNARD DA COSTA CAMPOS — *Diretor*

J. A. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Executivo*

MAURO GUIMARÃES — *Diretor*

FERNANDO PEDREIRA — *Redator Chefe*

MARCOS SÁ CORREA — *Editor*

JOSÉ SILVEIRA — *Secretário Executivo*

## Jogo Perigoso

O pronunciamento sobre a dívida externa feito pelo Presidente José Sarney no Uruguai criou uma situação de fato ainda mais complexa para as negociações com o Fundo Monetário Internacional. Sua Excelência, é certo, teve o cuidado de colocar a questão da dívida em “dois patamares distintos”, o financeiro — que inclui as negociações com o FMI e os bancos credores — e o outro, político.

É possível que ao separar os dois campos o Presidente tenha desejado, também, separar as duas retóricas: a primeira envolveria as negociações técnicas, os gabinetes e os contatos face a face com os credores e os representantes do Fundo. A segunda seria direcionada para os abstratos conceitos de América Latina ou de Terceiro Mundo.

Ao falar para este último nível político, o Presidente talvez tenha desejado contrabalançar a retórica cubana, que abertamente prega o calote, ou ganhar votos e popularidade doméstica seguindo uma trilha juscelinista.

Ora, colocar o FMI em xeque significa transferir para o Fundo responsabilidades que são do Brasil e dos brasileiros. Os problemas deste país não foram criados pelo Fundo Monetário: quem se endividou foi o Brasil; quem adotou políticas internas cheias de desajustes foi o nosso país, e a responsabilidade pelo

reencontro de um caminho para as mazelas internas é, portanto, uma responsabilidade nacional. Por outras palavras, quem está em xeque com uma inflação em alta é o próprio governo, e não o Fundo. É uma inflação em alta, por suposto, significa mais injustiça social, o que tampouco pode ser considerado como um problema do FMI, mas dos brasileiros.

Colocar o FMI em xeque neste momento significa, ao mesmo tempo, complicar a tarefa dos negociadores brasileiros que deverão peregrinar pelos corretores internacionais. Os bancos privados, com os quais o Brasil mantém linhas de crédito de curto prazo de rolagem pelo menos delicada, ficarão também em suspense permanente. E, se os grandes têm capacidade para dissociar os diferentes tipos de discursos ou mensagens, demagógicas ou reais, os pequenos não têm. Convencer os pequenos bancos que integram sindicatos para a aceitação da retórica mais realista será um trabalho redobrado em um ambiente de múltiplas mensagens.

Não se pode jogar com o conceito do País no plano externo, ainda quando isso traga dividendos políticos no plano interno. Os países que estão conseguindo superar seus problemas de endividamento, ou que no passado resolveram suas dificuldades, não o fizeram com retórica, e sim com atos.